

Casas não são Ilhas:

Morada Popular e Arquitetura Moderna através do Conjunto Residencial de Paquetá

Flavia Brito do Nascimento (flaviabn@terra.com.br)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – EESC – USP

Nabil Bonduki (nabil.bonduki@uol.com.br)

Departamento de Arquitetura e Urbanismo – EESC – USP

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP

Resumo

Em 1952 quando é inaugurado o Conjunto Residencial de Paquetá, construído pela prefeitura do Rio de Janeiro através do Departamento de Habitação Popular (DHP) o debate sobre o habitar popular estava na ordem do dia. O grupo de arquitetos e engenheiros ligados às convicções modernas consegue um valioso espaço institucional assumindo a partir de 1946 o DHP da referida prefeitura. Sob a direção de Carmen Portinho, o grupo do DHP opta por uma arquitetura de massa que fosse capaz de dar a aclamada “solução definitiva” à crônica crise habitacional.

No Conjunto Residencial de Paquetá de Francisco Bolonha, construído na ilha de mesmo nome, o projeto, a construção e a posterior ocupação e acompanhamento dos moradores em suas “casas modernas” são emblemáticos da metodologia adotada e da forma de trabalho da equipe. Composto inicialmente por dois blocos de sobrados enfileirados de 27 casas ao todo, acrescido de um outro bloco curvilíneo não executado, representa a riqueza de proposições dentro do próprio DHP. O Conjunto de Paquetá, de escala reduzida se comparado aos demais conjuntos do DHP é um exemplar estudo de caso da realização habitacional do pós-1945, de suas múltiplas possibilidades arquitetônicas, urbanísticas e paisagísticas.

Palavras-chave: Paquetá, habitação popular, DHP

Abstract

In 1952, year of the inauguration of Paquetá Housing Development, built by Rio de Janeiro City Hall, the debate on public housing was on its maximum strength. The group of architects and engineers involved in with the modern movement manages to get a valuable space in the public administration taking control of the Department of Popular Housing. Directed by Carmen Portinho, the DHP's group starts designing an architecture for the masses, capable of putting into an end the chronic housing crisis.

At Paquetá Housing Development by Francisco Bolonha, built in the island of same name, the design, the construction and the afterwards occupation and accompaniment of the dwellers in their “modern houses” are emblematic of a certain methodology and of working process of the team. Composed initially by two housing blocks of 27 homes, and by a curvilinear block not built, it represents the diversity of proposals inside the same Department. Paquetá Development, with a very small scale if compared to the other developments of

DHP, is an exemplar case study of the housing construction in the post-1945, of the innumerable architectural possibilities, as well as in landscape and in urban design.

Keywords: Paquetá, social housing, DHP

A história do Conjunto Residencial de Paquetá está estreitamente vinculada à do Conjunto do Pedregulho, e o conhecimento ou desconhecimento histórico do primeiro tem causas historiograficamente impostas. O Conjunto Residencial do Pedregulho foi uma das obras da arquitetura moderna brasileira mais divulgadas e publicadas no Brasil e no exterior. Ele pode ser encontrado em praticamente todas as revistas especializadas: Arquitetura e Engenharia, Brasil – Arquitetura Contemporânea, Habitat e, claro, na Revista Municipal de Engenharia da PDF. Internacionalmente o conjunto apareceu, às vezes mais de uma vez, nas páginas das importantes revistas *L'Architecture D'aujourd'hui*, *Aujourd'hui - art et architecture*, *Architectural Review*, *Architectural Record*, *Architectural Forum*, *Progressive Architecture*, *Domus*, *Zodiac*, além de outras em países como Alemanha, México e Egito. O papel da habitação social e da intervenção na sociedade através da arquitetura era o mote das publicações; a modernidade construída no Brasil não teria se refutado nem tocar num de seus pontos mais nevrálgicos: a função social do arquiteto. Mesmo quando nos anos 1950 as críticas vieram mais duras, bradando que a arquitetura moderna produzida no Brasil se tratava apenas de formalizações destituídas de conteúdo, diversos foram aqueles que se levantaram para ressaltar as obras de Affonso Eduardo Reidy. Dentre estes, o designer suíço Max Bill que puxou o gatilho das críticas, causando verdadeira celeuma entre os autores e protagonistas do movimento moderno no país. No especial "Report on Brazil", promovido pela revista *Architectural Review* após a realização da I Bienal de São Paulo, na qual o Pedregulho foi premiado, o suíço é categórico:

"(...) architecture in your country stands in danger of falling into a parlous state of anti-social academicism." (BILL, 1954, p.288)

E, para aqueles que não aprenderam a lição, fez questão de lembrar:

"(...) architecture is a social art. It must serve man." (BILL, 1954, p.289)

Dentre as diversas críticas que fez destacou apenas:

"(...) the famous Pedregulho development in Rio, a work as completely successful from the standpoint of townplanning as it is architectural and socially." (BILL, 1954, p.288)

Ernesto Rogers, editor da revista italiana Casabella, no mesmo especial da *Architectural Review*, também ataca duramente a arquitetura brasileira. A Casa das Canoas de Oscar Niemeyer, por exemplo, era excessivamente formalista. Mas Reidy e o Pedregulho representavam a crescente maturidade da nossa arquitetura:

"This work seems to suggest a happy fusion of the natural and cultivated traditions of Brazil; one can see how each tradition, though sufficient unto itself, is capable of contributing to the solution of other specific problems." (ROGERS, 1954, p.240)

Publicizado à exaustão, o Pedregulho foi quase sempre relacionado diretamente a seu autor, o arquiteto e urbanista Affonso Reidy. O Departamento de Habitação Popular da prefeitura, órgão realizador, é mencionado lateralmente; quando há alguma concessão, é citada a engenheira Carmen Portinho, diretora

do DHP durante praticamente toda sua existência, e responsável em grande parte pela construção dos projetos. Não se trata de tirar o foco da obra e da genialidade de Reidy, mas incluí-la e problematizá-la como parte de um projeto maior de habitação para a cidade do Rio de Janeiro, fruto de um processo histórico, do qual participaram uma gama de outros personagens. O recorrente destaque que se deu ao Pedregulho, acabou por ofuscar as diversas obras de habitação social nos anos 1940 e 1950 no Brasil como as dos IAPs (BONDUKI, 1998, p.170). Muitas destas tão relevantes do ponto de vista arquitetônico e urbanístico quanto o próprio Pedregulho. As demais obras construídas pelo DHP também foram afetadas por este processo de valorização exclusiva dada ao Pedregulho, ficando, no cenário geral, à sua sombra. No entanto, mais grave que ofuscar o brilho individual das demais obras, esmaeceu-se no tempo um projeto de habitação popular para a cidade do Rio de Janeiro, que vinha do grupo dos arquitetos e urbanistas vinculados à causa da arquitetura moderna. Perdeu-se a unidade da proposta deste grupo, que mesmo com as diversidades internas, sejam arquitetônicas ou conceituais, buscava dar soluções concretas para o problema da moradia.

Na medida em que o Pedregulho liga-se exclusivamente a seu autor, perde-se a perspectiva de um conjunto de quatro obras e inúmeras casas isoladas em relação a um grupo de profissionais, arquitetos em sua maioria, incluindo também engenheiros e assistentes sociais. Fundado em abril de 1946 durante a gestão de Hildebrando de Araújo Góes e subordinado ao Serviço Geral de Viação de Obras o Departamento de Habitação Popular teve inicialmente por seu diretor o engenheiro Antônio Arlindo Laviolla, e como chefes de serviço Carmen Portinho, Affonso Eduardo Reidy e Francisco Lopes. Em 1947 Carmen Portinho é indicada diretora, cargo em que permanece até a extinção do Departamento. Pelo decreto os objetivos eram:

“(...) a solução do problema da habitação para os grupos sociais de salários baixos, incluindo neles, inicialmente, os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, mediante a construção de grupos residenciais para aluguel módico.” (Decreto 9124, 4/4/1946)

O DHP funcionou até 1960, quando foi extinto e substituído por outras posturas de enfrentamento da questão habitacional no Rio de Janeiro. Os quatorze anos de existência do Departamento acompanharam e protagonizaram a repercussão da arquitetura moderna brasileira no exterior, o processo de metropolização da cidade e o aumento galopante do número de favelas. Sua resposta habitacional, ou seja, a arquitetura que projetou e construiu, contemplou estas questões, costurando arquitetura e urbanismo modernos com problemas sociais urbanos crescentes. No que se refere às concretizações, o DHP deu continuidade à atividade do Departamento de Construções Proletárias, concedendo projetos e licença às casas unifamiliares isoladas no lote de iniciativa privada que se enquadravam na categoria “populares”. Construiu quatro conjuntos habitacionais, nenhum deles totalmente concluído conforme projeto: os conjuntos do Pedregulho, Paquetá, Vila Isabel e Marquês de São Vicente.

O Conjunto Residencial de Paquetá, quando comparado aos demais conjuntos construídos pelo DHP, parece destoar. Analisá-lo, contudo, nos parece uma boa oportunidade de vinculá-lo à proposta do Departamento e de mostrar o quão ricas podem ser as propostas advindas desta matriz teórica. Embora claramente moderno, sua escala e sua própria conformação de sobrados enfileirados é uma tipologia arquitetônica única no contexto da obra do Departamento. De autoria do arquiteto Francisco Bolonha, o projeto para o conjunto data de 1949 e a inauguração da primeira etapa em 1952, constituída do escritório do Serviço Social e dois blocos de habitação com 27 apartamentos. O playground, campo de basquete e jardim foram executados alguns anos mais tarde. Na equipe, a estrutura era de Sidney Gomes dos Santos,

David Astracan e Carlos Góes, a fiscalização e desenho de Lygia Fernandes e Gabriel Souza Aguiar, e painel de ladrilhos hidráulicos de Anísio Medeiros.¹

Embora se divulgue (ANTUNES, 1997; FRANCO, 1994) que o conjunto teria sido o único do DHP totalmente construído conforme projeto – 27 casas, administração e casa do administrador – a sua primeira concepção englobava um outro bloco circular, com 28 sobrados enfileirados, a situar-se no morro com vista para a Baía de Guanabara, em frente à famosa Pedra da Moreninha.

A construção do conjunto parece ter sido impulsionada pelo fato de o prefeito da época, Mendes de Moraes, ser proprietário de uma casa em Paquetá, e, convivendo com o problema das favelas na Ilha, teria sugerido o local para a construção do conjunto. A crise habitacional assolava a cidade como um todo, e a Ilha de Paquetá, embora se mantivesse resguardada da visão da maioria da população, tinha grande repercussão. Este havia se consolidado, ao longo dos primeiros anos do século, como reduto paradisíaco e “recanto turístico” das férias da elite carioca. A Ilha de Paquetá durante o período colonial e imperial foi uma grande extratora de cal na Baía de Guanabara. No início do século XX tem esta atividade escasseada e a do turismo aumentada, atraindo grande população de imigrantes vindos de Minas e Espírito Santo para trabalhar nos setores de serviço, indo comumente habitar nos barracos e cortiços da cidade (COARACY, 1964, DGPC/PCRJ, 1991).² Segundo divulgação da época, o conjunto:

‘(...) destina-se à moradia de operários que trabalham naquela ilha, antes residentes em péssimas condições: barracos de favela, cortiços, etc.’. (HABITAT, 1954, p. 17)

E tinha uma dupla finalidade:

“Proporcionar habitação conveniente a funcionários municipais de salário mínimo e contribuir para a extinção de favelas naquele recanto turístico da cidade.” (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, 1953, 1954; Habitat, 1954).

O Conjunto localiza-se em um terreno comprado pela Prefeitura do Distrito Federal em 1941, ainda na gestão de Henrique Dodsworth, denominado Chácara da Moreninha, estando muito próximo da famosa pedra de mesmo nome. Constitui-se de dois blocos laminares de sobrados colocados perpendicularmente entre si, alinhados com a parte posterior do terreno. Afastados da rua, quebram com a percepção do lote, não estabelecendo com o este qualquer relação de subordinação. Ao fundo do bloco menor, e em uma cota mais alta, encontra-se a casa do administrador, utilizada nos anos do DHP pelo serviço social. Atrás desta casa, onde já é morro, localizaria-se o conjunto circular (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, 1953, p.3). As alusões ao Conjunto de Pedregulho parecem ser inevitáveis: Bolonha tira partido da topografia e implanta uma edificação que pousa sobre o terreno.

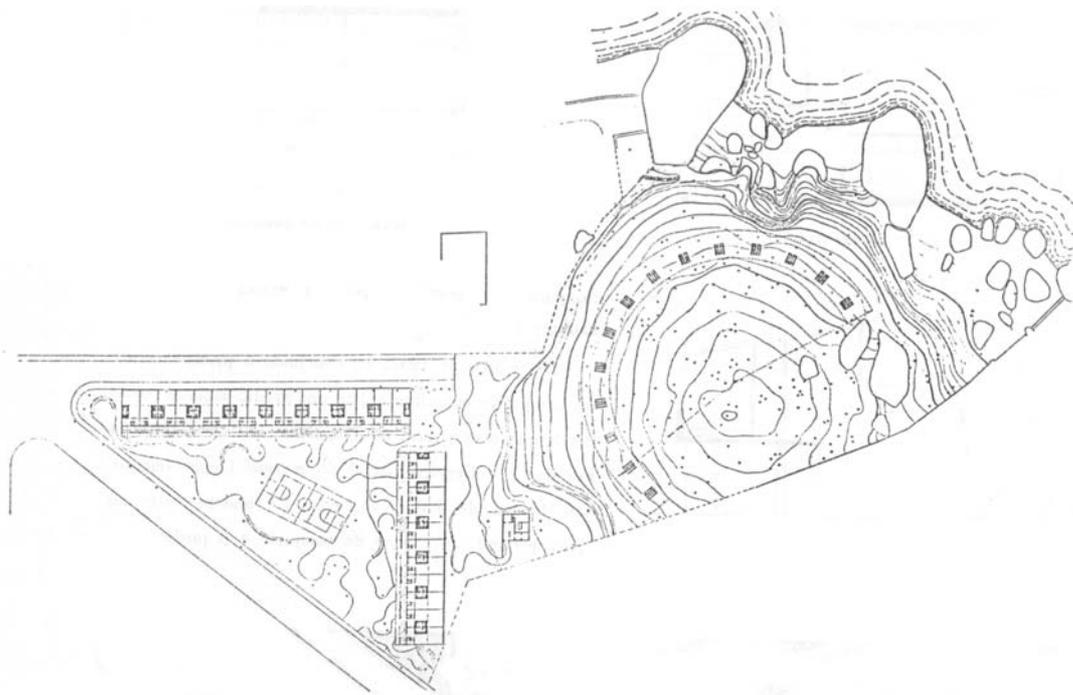


Figura 1: Planta de situação do Conjunto Residencial de Paquetá. À esquerda os blocos construídos e à direita o bloco circular. Sem escala. (REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA, 1953, p.3)

Ao lançar a arquitetura do conjunto, Bolonha ao mesmo tempo em que obedece a escala e as proporções liliputianas da Ilha de Paquetá, é capaz de propor algo absolutamente moderno e em sintonia com os preceitos de habitação popular. Os blocos laminares de Paquetá aludem ao conjunto de Walter Gropius para Törten, em Dessau, e a outros conjuntos alemães de Frankfurt, como as *Siedlungen* de Westhausen e Praunheim ambas construídas durante a gestão de Ernest May no Serviço de Arquitetura e Urbanismo da prefeitura (PANERAI, 1980; RADFORD, 1996). Aludem, ainda, aos sobrados do Conjunto Residencial de Realengo, IAPI, de Carlos Frederico Ferreira, dos anos 1930 e 1940 (BONDUKI, 1998).

Os anos em que esteve no Departamento de Habitação Popular foram de grande produtividade para Bolonha. É neste período que realiza suas obras de maior significação e vê seu nome divulgado dentro e fora do país. Bolonha foi um dos filhos diletos da primeira geração moderna. De talento inegável, rapidamente assume posição junto aos mestres. Ainda estudante tem construído seu projeto para a fonte Andrade Júnior em Araxá (ARCHITECTURAL FORUM, 1947), cujos jardins eram de Burle Marx. Formado, projeta no fim dos anos 1940 e início dos anos 1950 uma série de obras em Cataguases: residência Wellington de Souza, monumento José Inácio Peixoto, Orfanato Dom Silvério, além dos jardins da casa de Josélia Pacheco do arquiteto Aldary Toledo. Com o projeto da casa do embaixador Hildebrando Accioly de 1950 entraria para os manuais de arquitetura, como sendo “daqueles” arquitetos que mesclavam tradição e modernidade (BRUAND, 1991).

No DHP Bolonha assume um papel importante de desenhar e detalhar o projeto do conjunto Pedregulho, e, quando da saída de Affonso Reidy para o Departamento de Urbanismo, fica como chefe do Setor de Planejamento. A ele é confiado além do projeto de Paquetá, o Conjunto Residencial de Vila Isabel. Dentro da política habitacional empreendida pelo DHP, Bolonha teve a oportunidade de desenvolver projetos de diversas escalas e atingindo resultados também muito diversos.

A historiografia da arquitetura brasileira colocou Bolonha ora em um local de esquecimento, ora de esparso conhecimento de sua produção.³ Apenas algumas obras merecem destaque ou importância, e a análise crítica das mesmas parece não contemplar os meandros de uma produção rica e diversificada. É Yves Bruand (1991, p.140-142) que sequer menciona sua passagem pelo Departamento ou refere-se à influência de Reidy. A Casa Accioly, juntamente com o Grande Hotel de Friburgo de Lucio Costa – de quem, segundo ele, Bolonha teria se inspirado - perfaria o lado mais intrigante e original da nossa produção. Tradição e modernidade estavam unidas pelas mãos dos arquitetos, entendidos como os intermediários entre a arquitetura brasileira de hoje e a tradição local.

Pois é exatamente neste ponto que o projeto de Paquetá parece situar-se, recebendo uma referência do historiador francês na medida em que se filia, segundo o mesmo, à corrente tradicionalista de Lucio Costa. Mais do que ter se “inspirado” em Lucio Costa, a nosso ver, Francisco Bolonha esteve coerente com uma dada forma de projetar e de inserir-se na produção arquitetônica brasileira do período que lhe era a um só tempo particular e universal.

Fruto de um programa arquitetônico de se atender a uma camada da pobre e moradora de barracos da Ilha de Paquetá, o Conjunto Residencial de Paquetá é capaz de responder ao terreno e à Ilha, captando uma simplicidade e uma delicadeza muito próprias do lugar. É neste ponto que conjunto destoa no contexto da obra do DHP: com suas janelas pintadas em azul colonial, com seu telhado inclinado, ainda que de zinco, com os cobogós dominando a parte inferior da fachada, e com sua escala respeitando o que chamamos hoje de “entorno”, o conjunto integra-se magistralmente à Ilha.



Figura 2: Vista do bloco residencial do Conjunto Residencial de Paquetá (Foto do autor)

Bolonha, no entanto, não fere os princípios mais caros a seus mestres, e os elementos da arquitetura do Conjunto, assim como os da casa do embaixador Accioly, estão umbilicalmente ligados à gramática moderna de sua arquitetura: blocos laminares, implantação quebrando com a noção de lote, divisão entre público e privado feita por um corredor de pilotis, ventilação cruzada nas casas, composição formal da portaria e valorização das áreas livres estão na própria concepção do que se pretendia como modos de morar da população trabalhadora.

É Bolonha quem afirma que o Conjunto de Pedregulho estava fora da realidade brasileira por ser muito requintado, sendo talvez, mais apropriado à realidade americana (BOLONHA, 01/10/2001). Esta posição, embora deva ser encarada com grande ressalva crítica por se tratar de uma fonte histórica de grande subjetividade, é reveladora de uma tomada de atitude muito particular do arquiteto com relação à produção do Departamento, evidenciando divergências. Um dos pontos que nos parece interessante destacar é a questão da lavanderia. No Conjunto do Pedregulho, a existência de uma lavanderia coletiva e a extinção das áreas de serviço no interior dos apartamentos, estava na raiz de seu funcionamento, pois seria viabilizadora do novo habitar, liberando a mulher do tempo gasto com tarefas domésticas para o trabalho fora de casa ou para o lazer. Nos dois conjuntos que Bolonha realiza no DHP a área de serviço está presente e é defendida com vigor:

“(…) eu sempre insisti na importância da área de serviço, que vejo como uma tradição da família carioca. Mas Carmen era contrária. Então, quando fiz o projeto de Vila Isabel e coloquei a área de serviço nos apartamentos, ela vetou. Eu ponderei que o carioca não poderia prescindir deste espaço eu não fazia sentido mandar um pano de chão para a lavanderia, e acabamos instalando um tanque ao lado da pia da cozinha” (apud NOBRE, 2000, p.141).

O Conjunto de Paquetá é então dotado de uma área de serviço localizada fora da casa, tal como seria a “tradição” brasileira. Internamente, os apartamentos que foram construídos, contam no andar térreo com uma sala de pé direito uma vez e meia maior que os demais cômodos, a cozinha e uma copa; no andar superior com dois quartos e um banheiro. As casas têm ventilação cruzada e o acesso se dava através de um corredor aberto, modulado por paredes de cobogó, hoje incorporados como varandas às casas.⁴ Este corredor, tal como nos demais conjuntos do DHP, mediaria a relação público-privado, configurando-se em espaço semipúblico. Tais espaços coletivos são apropriados das mais diferentes formas, sendo utilizados como área privada – no caso de Paquetá – ou como área de lazer – no caso do Pedregulho. Ao fundo das casas um pequeno quintal, fechado lateralmente por muros maciços e ao fundo por uma parede de cobogó garantiam aos moradores uma área privativa para lazer e atividades domésticas.⁵ Externamente os jardins têm um playground e uma quadra de basquete.

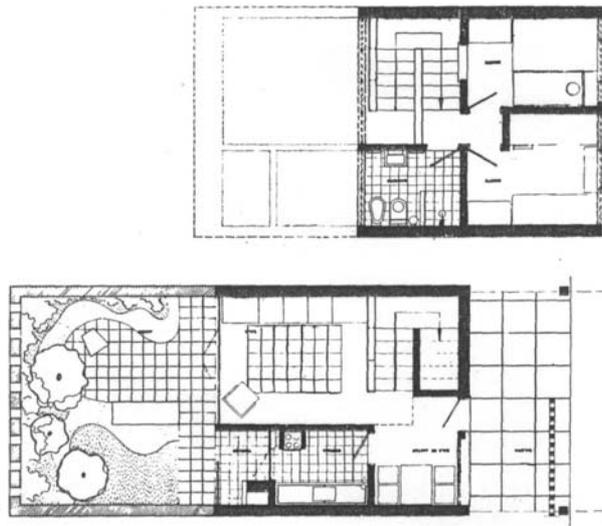


Figura 3: Planta do nível térreo e superior de um apartamento tipo. Sem escala. (HABITAT, 1954, p.19)

Os apartamentos do bloco curvo não construído apresentavam uma divisão similar a estes, porém todo conjunto ficava sob pilotis e o acesso era feito através de uma escada. No 1º pavimento situava-se a sala, cozinha e área de serviço e no 2º pavimento ficavam os três quartos e um banheiro, sendo as unidades maiores em relação os dois outros blocos construídos. A configuração deste bloco assemelha-se mais a de um apartamento, e a relação com o terreno é menos direta, embora o projeto esteja pouco detalhado.

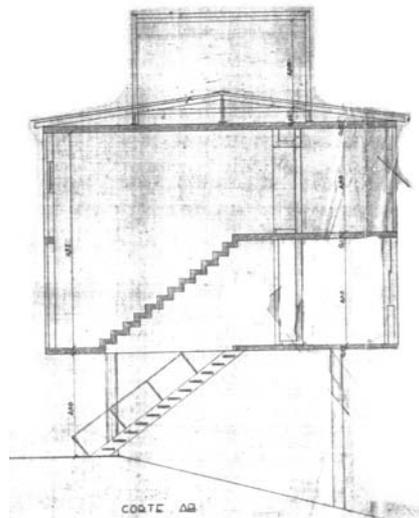


Figura 4: Corte transversal de um apartamento do bloco circular não construído. Sem escala, 1951. (CEHAB-RJ)

Na definição dos espaços internos e na seleção dos moradores as assistentes sociais eram peça chave. Elas cuidavam de visitar os moradores de cortiços, barracos ou moradias precárias e selecionar quais moradores iriam habitar os conjuntos. Uma vez morando em suas casas modernas as assistentes sociais ensinariam a cada um como se portar em suas próprias casas. No caso de Paquetá tal procedimento parece ter funcionado efetivamente, no sentido de que as assistentes realizaram durante toda a década de 1950 seu trabalho.⁶ A partir seus relatórios podemos saber um pouco mais sobre os moradores da Ilha. Os dados a seguir referem-se àqueles que foram selecionados em 1949 para morarem no Conjunto.

ESPECIFICAÇÃO	SERVIDORES	
	Nºabs.	%
TOTAL	55	100,00
GRUPOS DE IDADE:		
De 12 a 29 anos	7	12,7
De 30 a 39 anos	26	47,3
De 40 a 49 anos	16	29,1
De 50 a 59 anos	4	7,5
De 60 e mais anos	3	3,6
ESTADO CIVIL:		
Solteiro	13	23,6
Casado	41	74,6
Viúvo	1	1,8
NÍVEL EDUCACIONAL:		
Não sabe ler	8	14,5
Sabe ler e assinar	9	16,4
Curso primário incompleto	38	69,1
CARGO OU FUNÇÃO:		
Artífice	4	7,5
Fiscal	1	1,8
Guarda municipal	2	3,6
Jardineiro	5	9,1
Trabalhador	41	74,6
Vigia	2	3,6
II – HABITAÇÃO		
TIPO DE DOMICÍLIO:		
Barraco	25	45,5
Casa de alvenaria	4	7,3
Cortiço	10	18,2
Dependência	12	21,8
Quarto alugado:		
• em casa individual	3	5,4
• em casa de cômodo	1	1,8
REGIME DE OCUPAÇÃO:		
Alugada	40	72,7
Gratuita	15	27,3
NÚMERO DE PEÇAS:		
1 peça	29	52,7
2 peças	22	40,0
3 peças	1	1,8
4 peças	3	5,5
ABASTECIMENTO D'ÁGUA:		
Encanada	23	41,8
Bica	32	58,2

ESGOTO:		
Fossa rudimentar	27	49,1
Rede	21	38,2
Sem esgoto	7	12,7
ILUMINAÇÃO:		
Elétrica	43	78,2
Outra	12	21,8
COMBUSTIVEL:		
Lenha ou carvão	47	85,5
Outra	8	14,5

Tabela 1: (MARTINS, 1954)

Segundo a tese de livre-docência da assistente social do DHP Anna Augusta Almeida (1979) até cerca de 1945, concomitante com o período de fundação das escolas, a prática profissional assistencialista esteve vinculada ao modelo franco-belga, existente desde o início do século, e que no Brasil foi veiculado como “Modelo Ação Social”. Baseado no serviço social de casos, como metodologia propunha em primeiro lugar o estudo da situação do “cliente”, em seus aspectos físico, social, psicológico, econômico e nas suas relações de trabalho; feito isto passava-se a avaliar a natureza da necessidade do cliente, para então determinar que tipo de ajuda seria oferecida.

Anna Augusta afirma ter pautado sua prática profissional, nos anos do DHP, neste modelo. Inicialmente foram visitadas todas as moradias pobres da Ilha de Paquetá, segundo um minucioso levantamento. Com o perfil dos moradores em mãos – todos eram funcionários da Prefeitura, em sua maioria do serviço de limpeza – e, tendo feito o diagnóstico, os separava por categorias: os que poderiam adquirir casa própria, os que poderiam morar com parentes ou em uma situação melhor da que se encontravam, e por fim, os que não tendo comprovadamente outros recursos, ganhariam o direito de morar nas casas a serem construídas pelo Departamento de Habitação Popular.



Figura 5: Vista de um dos barracos onde moravam os futuros habitantes do Conjunto de Paquetá. Ao fundo o conjunto às vésperas da inauguração em 1952. (ALMEIDA, 1961)

Durante o processo de construção os moradores visitavam a obra e preparavam-se para a mudança: todos fizeram exames de saúde completo, crianças foram encaminhadas para a escola, e a toda documentação pessoal (registros de nascimento, carteira de identidade) foi providenciada. Após a mudança, as assistentes iam de casa em casa e explicavam às donas de casa como “utilizarem” suas casas, sugerindo inclusive organização dos móveis. A assistente percorria cada cômodo explicando e demonstrando qual seria sua função e como deveria ser utilizado. Os maiores problemas, segundo ela, eram a cozinha e o banheiro, que, por não pertencerem ao repertório formal dos barracos, não eram utilizados devidamente:

“(...) a única coisa que era mais difícil era o tipo de comportamento em relação à própria cozinha, a alimentação. Usar o fogão, ao invés de usar o fogareiro. Um dos problemas que eles tinham, por exemplo, era o banho das crianças. Estavam acostumados a encher o balde e jogar nas crianças. Aí subir e tomar banho no banheiro, de chuveiro, era mais complicado.” (ALMEIDA, 24/01/2002).

A educação social passava pela adaptação das pessoas a um tipo de moradia que, supostamente, não conheciam. Mesmo a área de serviço que Bolonha alega ser da “cultura do carioca” nos parece mais próxima de um modelo burguês em miniatura, combatido veementemente pelo DHP, do que do cotidiano de seus barracos. Por este motivo, a intervenção assistencial era fundamental. Nas palavras de Anna Augusta:

“No Conjunto de Paquetá o que eu fazia era dar educação social. Como a gente faz educação social: reúne as mães e discute com elas os problemas que elas apresentam – de saúde, da casa; leva-se um livro, convida-se uma pessoa, uma psicóloga, uma socióloga, uma educadora para trocar idéias. (...) trazer uma pessoa para discutir sobre alimentação. Vamos fazer pratos, vamos cozinhar, como é um fogão (...)” (ALMEIDA, 24/01/2002).

Todas as facetas da vida familiar do trabalhador, indo de como utilizar um fogão a como administrar a casa, passando por higiene pessoal, eram entendidas por educação. A arquitetura não era um objeto isolado e sim uma decorrência de sérias pretensões de transformar as maneiras de morar da população. Acreditava-se que o próprio espaço arquitetônico ajudaria a operar mudanças, dentro do ideário que o homem transforma-se pelo meio em que vive:

“Tinha uma família que quando estava no barraco, era um dos mais sujos, mais sujos. Lá no Conjunto eles não tiveram nenhum problema.” (ALMEIDA, 24/01/2002).

O DHP concebeu a cidade e seus conjuntos habitacionais como palco de mudanças sociais. Mudanças estas, que seriam geridas através da arquitetura e de sua organização. É interessante notar que o balanço entre ordem e desordem e sua equivalência nas relações sociais dos brasileiros, tal como mostra Antônio Cândido (1998), transforma-se na sociabilidade da arquitetura moderna. A obsessão pela ordem no Brasil para o referido autor é um princípio abstrato, mas para os arquitetos do DHP, isso não corresponde à realidade: existiam normas claras de conduta, e a terra da liberdade moral estaria muito distante, mais precisamente nas formas, para eles, arcaicas de moradia, como favelas e cortiços. Formas estas, que deveriam ser suplantadas por um moderno modelo de habitar.

As ações do governo federal a partir de 1930 na área da habitação estarão entremeadas fortemente por dois campos de saber que crescem e/ou institucionalizam-se nestes anos: a arquitetura e urbanismo modernos e o assistencialismo social. Como mostrou Lúcia Lippi (2001, p.48) para o ideário político-literário do Estado Novo, o regime não incorporou uma única vertente que respondesse a seus pressupostos: modernos, católicos e regionalistas compunham o mosaico dos campos de atuação. O caso da morada

popular e das ações concretas de interferência no problema habitacional são exemplares do multifacetamento típico ao pensamento varguista. Aparentemente desconectados – o pensamento assistencialista dos pressupostos da arquitetura moderna – eles estarão por diversas vezes em estreita colaboração. Opostos em algumas ocasiões, cada qual na busca de sua legitimidade profissional, estiveram mais comumente lado a lado nas “soluções” para o estabelecimento do trabalhador.

Os intelectuais tiveram papel preponderante na constituição do Estado do bem-estar social varguista, impulsionados pela possibilidade de constituição da nação. Educação, ciência e cultura estavam à espera de um Estado que as restituísse em prol de todos. A experiência do Conjunto Residencial de Paquetá mostra como nas ações práticas e cotidianas se demonstravam os modos de morar. Construir o “homem novo” passava necessariamente pela habitação. Contudo, fornecer casas ao povo não era o bastante. A tarefa de renovar o trabalhador e colocá-lo em acordo com suas novas tarefas na sociedade, implicava profundas mudanças nos hábitos e costumes. A casa nova deveria receber moradores novos. Ou ainda, moradores novos deveriam surgir do processo de convivência e aprendizagem em suas novas casas modernas. A ação didática da arquitetura moderna não prescindia daqueles que iriam ensinar cotidianamente a conviver melhor nos espaços projetados. Em outras palavras: a arquitetura não era auto-educativa.

As tentativas didáticas de interação dos moradores com suas casas não foram uma exclusividade do Departamento de Habitação Popular. Os demais órgãos e/ou autarquias de construção de conjuntos residenciais também lançaram mão deste recurso. No caso do Conjunto de Paquetá, por sua escala reduzida e sua localização isolada, foi possível uma experiência duradoura e de múltiplas ações. Era a realização do que Carmen Portinho havia idealizado inicialmente:

“A existência de ‘favelas’ e de outras habitações anti-higiênicas como os cortiços, sempre trouxe, para todos os países do mundo, despesas e prejuízos incalculáveis. São verdadeiros focos de doenças contagiosas como a tuberculose e outras. As despesas que as autoridades são obrigadas a fazer com a saúde pública, com os menores abandonados, delinquentes e toda espécie de vadios, loucos e criminosos que saem desses núcleos insalubres, poderiam ser aplicados, com mais proveito para a coletividade, em prevenir êsses males em vez de remediá-los. As habitações populares construídas então pelas municipalidades, constituiriam uma medida de profilaxia, passando desta forma a fazer parte do programa dos serviços de utilidade pública.” (PORTINHO, 17/3/1946)

As habitações a que Carmen refere-se são as unidades de vizinhança compostas pelas casas mais os serviços comuns. Estes (escolas, museus, bibliotecas, exposições, centros de saúde, clubes, cinemas e centro comunal), a fim de funcionarem, deveriam contar com a ajuda direta das autoridades públicas e serem incorporados aos conjuntos, garantido a vida dos mesmos. Os centros comunais (*community centers*), eram as peças-chave do funcionamento do conjunto residencial. Neles, tal como Carmen diz ter visto na Inglaterra, funcionariam atividades das mais diversas, de refeições a palestras, de brincadeiras a peças teatrais e esportes. Sua função explícita seria garantir a vida em sociedade, ou melhor, desenvolver nos moradores o hábito de compartilhar a vida, somado à possibilidade de empregarem com mais proveito as horas de lazer. Mas o objetivo último era a “elevação no nível intelectual e moral dos habitantes” (PORTINHO, 14/04/1946).



Figura 6: Crianças em atividades recreativas na sede do serviço social do Conjunto de Paquetá. (ALMEIDA, 1961)

Elevação moral através da educação. Educação esta, fornecida pelo poder público, seja municipal ou federal, mas estatal. Ponto nevrálgico da questão: as habitações coletivas construídas e alugadas aos trabalhadores garantiriam, ao menos no plano teórico, a implementação de um dado plano político, cujo instrumento de implementação eram as várias instâncias educadoras, não apenas a escola. No programa habitacional que Carmen idealiza para o Rio de Janeiro, o ponto afirmativo é o de que “casa” não é necessariamente “habitação”. Habitar engloba significados mais amplos e refere-se às condições gerais de vida dos moradores, somente realizadas plenamente com a existência dos serviços adjacentes ao teto propriamente dito. Habitação era um problema social e como tal deveria ser tratado.

A vida em conjunto experimentada nas “unidades de habitação” parecia perfeita para a solução dos problemas habitacionais cariocas. O que o povo precisava, além de um local que lhe acolhesse das intempéries, era um local que o transformasse por inteiro. No Conjunto de Paquetá chegou-se bem perto da realização deste ideal.

Notas

¹ Este painel, infelizmente, não existe mais.

² O fenômeno que ocorre na Ilha de Paquetá é típico das transformações ocorridas com a criação da zona industrial na cidade do Rio pelo decreto 6000 de 1937, quando as fábricas foram sendo progressivamente expulsas para as áreas determinadas pela legislação.

³ Sobre a obra de Francisco Bolonha ver a dissertação de mestrado de MACEDO, 2003.

⁴ Somente uma casa mantém-se original, com a divisão interna e os revestimentos tais como especificados no projeto.

⁵ Este muro de cobogó não mais existe, tendo sido fechado e nele, quase a maioria dos moradores, abriu uma porta dando acesso à rua dos fundos.

⁶ Em levantamentos feitos no Conjunto os moradores referem-se às assistentes sociais e relatam saudosos suas atividades. Hoje os moradores do conjunto, em sua maioria são os filhos dos primeiros habitantes do conjunto, e, portanto em sua infância, tomaram parte das atividades promovidas pelas assistentes, que aconteciam duas vezes por semana.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Anna Augusta. **Possibilidades e limites da teoria do serviço social**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.
- ALMEIDA, Ana Augusta de. **Departamento de Habitação Popular. Relatório do Setor de Serviço Social**. Rio de Janeiro: PDF / DHP, mimeo, 1961.
- ALMEIDA, Anna Augusta. **Depoimento ao autor**. 24/01/2002.
- ANTUNES, Carlos. **A arquitetura moderna brasileira e o projeto de habitação popular. 1940-1950**. Dissertação de Mestrado, FAU-USP. São Paulo: mimeo, 1997.
- THE ARCHITECTURAL FORUM. "Sulphur springs pavilion". **The Architectural Forum**, nº87. Nova York: nov. 1947.
- ARQUITETURA E ENGENHARIA. "Conjunto Residencial em Paquetá". **Arquitetura e Engenharia**, nº34. Belo Horizonte: jan./ mar. 1955. pp.2-7
- BILL, Max. "Report on Brazil". **Architectural Review**, nº694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp.235-240
- BOLONHA, Francisco. **Depoimento ao autor**. 01/10/2001
- BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil. Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria**. São Paulo: Estação Liberdade/ FAPESP, 1998.
- BRUAND, Yves. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Perspectiva, 1991.
- CÂNDIDO, Antônio. **O Discurso e a Cidade**. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1998.
- COARACY, Vivaldo. **Paquetá, imagens de ontem e de hoje**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1964.
- DGPC / PCRJ. **Paquetá: memórias de uma ilha**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1991.
- FRANCO, Luiz Fernando. "Francisco Bologna. Obra, concha, pedra". **Arquitetura & Urbanismo**, nº 56. São Paulo: 1994. p. 97-106
- _____. "Francisco Bologna, ou a modernidade resistente ao clichê modernista". **Arquitetura Revista**, vol. 6. Rio de Janeiro: 1988. p.16-26
- HABITAT. "Conjunto Residencial Paquetá, Rio de Janeiro". **Habitat** nº18. set./out. 1954. pp.17-19
- MACEDO, Oigres L. C. de. **Francisco Bolonha: o ofício da modernidade**. Dissertação de mestrado, EESC-USP. São Carlos: 2003.
- MARTINS, Zulmira Ribeiro. **O serviço social no Conjunto Residencial de Paquetá**. Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Social. Rio de Janeiro: mimeo, 1954.
- NOBRE, Ana Luiza. **Carmen Portinho: o moderno em construção**. Rio de Janeiro: Relume Dumará/PCRJ, 1999.
- OLIVEIRA, Lucia Lippi. "O Intelectual do DIP: Lourival Fontes e o Estado Novo". In: BOMENY, Helena (org.) **Constelação Capanema: intelectuais e política**. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

PANERAI, Philippe. **Formas urbanas: de la manzana al bloque**. Barcelona: Gustavo Gilli, 1980.

PDF. **Regulamento do Conjunto Residencial de Paquetá**. Rio de Janeiro: DHP, 19?.

PORTINHO, Carmen. "Habitação Popular". **Correio da Manhã**, 17.3.1946.

_____. "Habitação Popular". **Correio da Manhã**, 14.4.1946.

RADFORD, Gail. **Modern housing for America: Policy struggles in the New Deal era**. Chicago: The University of Chicago Press, 1996.

REVISTA MUNICIPAL DE ENGENHARIA. "Apartamentos para funcionários da Prefeitura na Ilha de Paquetá". **Revista Municipal de Engenharia** nº3, vol XVII. Rio de Janeiro: jul./set. 1950. pp.121-123

_____. "Conjunto Residencial Paquetá". **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro: jan./mar. 1954. p.11-18

"Conjunto Residencial Paquetá". **Revista Municipal de Engenharia**, nº1, vol.XX. Rio de Janeiro: jan./mar. 1953. pp.3-6

ROGERS, Ernesto. "Report on Brazil". **Architectural Review**, nº694, vol. 116. Londres: out. 1954. pp.235-240